



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10875.001047/00-56  
Recurso nº : 130.622

Recorrente : VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

### RESOLUÇÃO N° 203-00.676

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.**

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.**

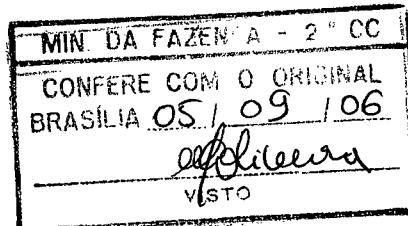
Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2005.

*Antonio Bezerra Neto*  
Antonio Bezerra Neto  
**Presidente e Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Maria Teresa Martínez López, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Cesar Piantavigna, José Adão Vitorino de Moraes (Suplente), Valdemar Ludvig e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Ausente, justificadamente, a Conselheira Sílvia de Brito Oliveira.

Eaal/Inp





Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MI.	AZEN. A - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL	
BRASÍLIA 05/09/06	
<i>edilene</i>	
VISTO	

2º CC-MF
FL.

Processo nº : 10875.001047/00-56  
Recurso nº : 130.622

Recorrente : VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA.

## RELATÓRIO

Transcrevo o relatório da decisão recorrida:

"A empresa em epígrafe peticionou ressarcimento de saldo credor do IPI, relativo ao quarto trimestre do ano de 1999, no montante de R\$ 6.266.273,73, cuja origem dos créditos decorre da aquisição de insumos utilizados na fabricação de produtos exportados, conforme Decreto-lei nº 491, de 1969, artigo 5º e Lei nº 8.402, de 1992, artigo 1º, II.

O pedido de ressarcimento foi cumulado com pedidos de compensação de débitos, que foram convertidos em declarações de compensação, conforme § 4º do artigo 49 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

A DRF/Guarulhos deferiu parcialmente o ressarcimento, conforme o despacho de fls. 548/552, excluindo do cálculo o montante de R\$ 104.263,03 relativo aos créditos de códigos 1.99 e 2.99 (outras entradas não especificadas) que não foram comprovados pelo documento anexo à fl. 542 (esclarecimentos da pessoa jurídica).

A contribuinte apresentou manifestação de inconformidade de fls. 587 a 588, encaminhada pelo órgão de origem como tempestiva, na qual alegou o que se segue:

a) Os créditos foram analisados pela fiscalização cuja conclusão, constante do próprio despacho decisório, foi pelo deferimento irrestrito do pleito, atestando sua legitimidade.

b) O crédito excluído no montante de R\$ 104.263,03 corresponde a diferenças em demonstrativos elaborados pela fiscalização, segundo consta do despacho decisório. Todavia o somatório dos trimestres não coincidem com os valores constantes do Livro de Apuração do IPI. Vale dizer que tais valores foram calculados erroneamente e, portanto não existem.

Para comprovar a correção de seus cálculos a manifestante apresenta planilha demonstrando a natureza das operações.

Ao final, a manifestante pediu a reforma do despacho decisório para reconhecer como correto o montante do crédito pleiteado."

A autoridade julgadora de primeira negou o pleito da interessada, em decisão assim ementada (doc. fls. 602/606):

"Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/10/1999 a 31/12/1999

Ementa: IPI. RESSARCIMENTO. DIREITO DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO

O direito ao aproveitamento do saldo credor do IPI, nas condições estabelecidas no art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999, decorre de aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem aplicados na industrialização.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10875.001047/00-56  
Recurso nº : 130.622

*Solicitação Indeferida"*

Inconformada com a decisão de primeira instância, a interessada, às fls. 614/625, interpôs recurso voluntário tempestivo a este Segundo Conselho de Contribuintes, onde alegou, preliminarmente, cerceamento do seu direito de defesa, afirmado que os autos não ficaram disponíveis para consulta por trinta dias, como determina a legislação. No mérito do apelo, repetiu os argumentos utilizados na sua manifestação de inconformidade.

É o relatório.

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 05/09/06
<i>efQdilema</i>
MISTO



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10875.001047/00-56  
Recurso nº : 130.622

MINISTÉRIO DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 05/09/06
<i>afoliveira</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO BEZERRA NETO

O recurso voluntário cumpre os requisitos legais necessários para o seu conhecimento.

Preliminarmente, há que se analisar o cerceamento do direito de defesa alegado pela recorrente, da seguinte forma:

*"De fato a Recorrente compareceu no dia 14 da junho de 2005 ao endereço da repartição que expediu a Intimação nº 405/2005, referente ao Acórdão ora recorrido (serviço de Orientação e Analise Tributária da Delegacia da Receita Federal em Guarulhos – SEORT/DRF/GUARULHOS), para ter vistas dos autos com o propósito de proceder as diligências internas que viesssem a ser necessárias e de complementar o presente Recurso.*

*Todavia, apesar dos insistentes pedidos da Recorrente nesse sentido, não lhe foi vista do processo em vista de, segundo se alega no SEORT/DRF/GUARULHOS, os mesmos estarem inacessíveis.*

*Assim, em 17/06/2005, a Recorrente retornou à SEORT/DRF/GUARULHOS, enconterando os mesmos obstáculos que, novamente impediram-na de ter vistas dos autos, motivo pelo qual não encontrou outra alternativa além do protocolo de anexa petição, dirigida ao Sr. Delegado da Receita Federal em Guarulhos e requerendo o cancelamento da Intimação nº 405/2005 para que uma nova fosse expedida, a devolução à Recorrente o prazo de 30 dias para interposição de Recurso Voluntário e a disponibilização de seu acesso ao autos (Doc. 4).*

*Porém, considerando-se que a mencionada Intimação nº 405/2005 não foi até o momento cancelada, e tendo em vista o risco de ser considerada revel no presente processo, a Recorrente viu-se forçada a apresentar as presentes razões de recurso Voluntário, ainda de modo precário”*

No exame dos autos, vejo que a recorrente tomou ciência da decisão recorrida em 20/05/2005 e que no dia 17/06/2005 não conseguiu ter acesso ao processo.

À fl. 610 o órgão local informou que negou vistas ao processo porque o Substabelecimento de fl. 613 restringiu os poderes da cláusula *ad judicia* e porque não foram apresentados documentos para conferência do “outorgado” na procuração. Entretanto, esses argumentos não podiam ser utilizados, por si sós, para negar a consulta aos autos.

O Documento de fl. 613 está devidamente autenticado por cartório de notas e, portanto, tem fé pública. A reserva de poderes na cláusula *ad judicia* não impede a prática do ato processual pretendido e a firma do outorgante do substabelecimento e outorgado da procuração lavrada pela recorrente foi reconhecida em cartório no Documento de fl. 613.

Dessa forma, para evitar o cerceamento do direito de defesa, voto no sentido de converter o julgamento em diligência para que:

- o processo retorne ao órgão local; e

*AB*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10875.001047/00-56  
Recurso nº : 130.622

- conceda o prazo de trinta de dias, para a contribuinte apresentar razões adicionais ao recurso voluntário interposto.

É assim como voto.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2005.

*Antônio Bezerra Neto*  
ANTONIO BEZERRA NETO

MIN DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 05/09/06
<i>apdilacena</i>
VISTO